

## APRESENTAÇÃO

### *PRESENTATION*

Qual a importância dos periódicos científicos para vida acadêmica e, fundamentalmente, para o desenvolvimento da própria sociedade em direção a estágios civilizatórios nos quais a qualidade de vida seja o principal critério de avaliação? A produção científica realizada dentro das instituições dedicadas à investigação tem contribuído com uma importantíssima parcela nestes processos de desenvolvimento social, e isto não acontece numa dinâmica monádica, mas, via de regra, em movimentos de rede, em que os erros e insucessos de uns constituem etapas a serem eliminadas nas novas pesquisas que se iniciam por outros pesquisadores. As redes de investigação, articuladas de forma planejada ou simplesmente constituídas em processos sem controle através da socialização da informação decorrente das milhares e milhares de pesquisas que se realizam dia a dia no mundo todo, têm sido possíveis pela cada vez mais eficaz instrumentalização dos processos de compartilhamento de todo o conhecimento cientificamente construído.

Desde que começaram a ser publicadas, no século XVII, as revistas científicas passaram a desempenhar importante papel no processo de comunicação da ciência. Surgiram como uma evolução do sistema particular e privado de comunicação que era feito por meio de cartas entre os investigadores e das atas ou memórias das reuniões científicas (STUMPF, 1996).

A história da ciência nos carrega até o século XVII, mais especificamente ao ano de 1665, com o período de criação do *Journal des Sçavantes*, na França, e do *Philosophical Transactions*, da *Royal Society of London*, considerado como o precursor do moderno periódico científico, desde sua primeira publicação em 6 de março do ano anteriormente citado. Estava mudada definitivamente a vida da academia, que passava dos livros e das cartas para o periódico, das sociedades científicas invisíveis para o mundo da informação publicizada.

Com o advento da internet e das revistas eletrônicas esta condição ontológica dos periódicos radicalizou-se. Nunca houve tanto acesso à informação científica como nos dias de hoje, e maior parte desta responsabilidade é dos periódicos. Esse é um de nossos objetivos, com a manutenção da *Revista Direitos Culturais*, em seu oitavo ano de existência, para socializar o conhecimento produzido dentro das áreas temáticas que se constituem pela imbricação entre o Direito e cultura e pela busca de novas formas de construção da cidadania.

No número que ora apresentamos mantivemos tanto nossa linha de abordagem não dogmática quanto a socialização da informação científica produzida dentro de programas de pós-graduação *strito sensu*, preferencialmente por doutores. Dentro dessas grandes linhas investigativas, há uma boa variedade de temas específicos. Temos, no campo da Teoria do Direito os artigos “Direito e autopoiese (primeira parte): estruturas conceituais inconciliáveis entre si”, de Josué Mastrodi, “Direito, linguagem, arte: homem como ser essencialmente social”, de Maria Cristina Tárrega e Jaqueline Alves, “Um eterno retorno: a (i)legitimidade sistêmica da tipificação dos delitos de trânsito no Brasil”, de Leonel Severo Rocha,

“Racionalidade legislativa: uma “ponte” entre a teoria da legislação e a teoria do direito como integridade”, de Adalberto Narciso Hommerding e Cláudio Rogério Sousa Lira e “Direito do autor e acesso aberto – a perspectiva de países emergentes” de Ângela Kretschmann; no âmbito do Direito Internacional, apresentamos “As convenções da organização internacional do trabalho e a tutela dos direitos fundamentais dos trabalhadores nos estados pontes do Mercosul”, de Eduardo Biacchi Gomes e Andrea Arruda Vaz, “Os direitos fundamentais ao meio ambiente laboral da governança global”, de Simone Araújo e Laira Beatriz Boaretto, e “A análise do discurso como uma ferramenta para facilitar o diálogo intercultural”, de Nélida Reis Caseca Machado; na área da Ciência Política, o trabalho denominado “Poder soberano: aportes sobre a exceção e a secularização”, de Bruno Lorenzetto, e, por fim, no campo das novas formas de solução de conflitos, o artigo “A fraternidade na práxis da mediação familiar: uma experiência universitária”, de Deisemara Turatti Langoski.

Boa leitura a todos.